

## A DISCREPÂNCIA ENTRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS E A PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

LINCK, Ieda Márcia Donati<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Reflexão. Teoria. Prática. Mudança.

Neste texto discutimos sobre a tradição do ensino de língua portuguesa que vem sendo criticada por sua obsessão pelo erro, prática rejeitada pelos documentos oficiais há bastante tempo. Temos como base teórica Faraco, Magda Soares e Fávero, dentre outros. Os PCNs, PCNs+ e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio foram editados como tentativa de rompimento com o ensino não funcional, mas isso não ocorreu, pois a prática ainda está pautada na gramática padrão, ligada ao vernáculo, ao lusitano, distanciada em tempo e espaço do português de uso corrente no Brasil. Há dicionários e gramáticas de autores brasileiros renomados que apontam para o ensino de uma língua de uso comum, mas que ainda não são utilizados. Já, em 1972, os livros didáticos editados passaram a incluir, não apenas a gramática normativa, mas conceitos ligados à teoria da comunicação, ampliando os fatos linguísticos possíveis de serem discutidos em sala de aula. No entanto, mesmo perdendo a centralidade, a gramática continuou a ser ensinada regularmente nas escolas, sendo justificada como recurso à preparação para o vestibular, concursos, etc. Atualmente, além dessa prática, há também uma confusão entre a língua falada e a língua escrita, entre o certo e o errado, o adequado e o diferente na linguagem, causado pela distância entre as discussões ocorridas na universidade e a escola. A primeira sabe da diversidade linguística, pesquisa a respeito, mas não tem tido condições de efetivamente mudar essa realidade, permanece a linha divisória entre a teoria e prática. Por não haver um elo direto de comunicação entre universidade/escola, as pesquisas acadêmicas que tem sido feitas para mostrar que há uma impregnação histórica do padrão no ensino de língua, que discutem, entre outros aspectos, a variação da linguagem, não alteram a prática escolar, que reproduz estigmas, fortifica preconceitos linguísticos e prossegue com a cultura do erro, seguindo uma norma artificial. A variação linguística precisa ser discutida além da universidade para mostrar que falar e escrever são coisas diferentes, que não é preciso falar como se escreve e, ainda, que não se muda um falar ditando regras, pois estas servem para o registro escrito. Há estudos sobre como é e de como deveria ser o ensino de língua portuguesa, mas não há resultados suficientemente satisfatórios, há uma proposta teórica, mas não há uma prática modificada, há, sim, a continuidade da visão tradicional de ensino, muito distante daquela prevista nos PCNs. Enfim, é preciso intensificar a discussão acadêmica sobre o ensino de língua com a escola, mostrando que entre o certo e o errado, há uso o adequado.

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, aluna especial do Programa da Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria – PPGL/UFSM, Mestre em Letras e em Educação. E-mail: imdlinck@gmail.com.